

Crianças negras e relações étnico-raciais: uma análise de pesquisas no campo da educação

Lisa Minelli Feital¹, Ademilson de Sousa Soares²

Resumo

O texto define alguns conceitos e apresenta um panorama das pesquisas acerca de crianças negras e relações étnico-raciais no campo da educação. O objetivo é mostrar que, para superarmos o silêncio das famílias, das escolas e das pesquisas, é urgente ampliarmos os estudos a respeito do racismo ainda persistente desde as escolas de Educação Infantil. O trabalho inscreve-se no campo teórico e metodológico das pesquisas e se beneficia da revisão da literatura acerca da temática desenvolvida por Nunes e Corrêa (2016) e do estado da arte a respeito da educação das relações étnico-raciais, organizado por Silva, Régis e Miranda (2018). Como resultado, indicamos temas emergentes, aspectos positivos das ações afirmativas e aspectos negativos do racismo vivenciado pelas crianças brasileiras.

Palavras-chave

Pesquisa em educação. Crianças negras. Relações étnico-raciais.

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; professora de educação básica na rede municipal de ensino de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; membro do Movimento Kizomba: Ações Afirmativas e Pesquisa e do Grupo de Pesquisa Política Educacional, Resistência, Formação e Filosofia. E-mail: lisa.feital@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; estágio pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil; professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. E-mail: pacosoaes65@gmail.com.

Black children and ethnical-racial relationships: an analysis of the research in the field of education

Lisa Minelli Feital³, Ademilson de Sousa Soares⁴

Abstract

The text defines a few concepts and presents a panorama of the research about black children and ethnical-racial relationships in the field of education. The objective is to show that to overcome the silence of the families, of the schools, and of the researchers, it is urgent to amplify the studies on racism still persistent since Childhood Education schools. The work is inserted on the theoretical and methodological field of research about research and benefits from the literature review on the theme carried out by Nunes and Corrêa (2016) and the state of the art about the education of the ethnical-racial relationships, organized by Silva, Régis, and Miranda (2018). As a result of the analysis of the research, we indicate emergent themes, positive aspects of affirmative actions, and negative aspects of racism experimented on by Brazilian children.

Keywords

Research on education. Black children. Ethnical-racial relationships.

³ PhD student in Education, Federal University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; basic education teacher in the municipal education network of Belo Horizonte, State of Minas Gerais, Brazil; member of the Kizomba Movement: Affirmative Actions and Research, and of the Educational Policy, Resistance, Training and Philosophy Research Group. E-mail: lisa.feital@gmail.com.

⁴ PhD in Education, Federal University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; postdoctoral internship at the Pontifical Catholic University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; professor at the Faculty of Education at the Federal University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil. E-mail: pacosoaes65@gmail.com.

Introdução

As pesquisas brasileiras no campo da educação para, com e acerca de crianças em geral são recentes. No caso específico das crianças negras, além de recentes, são poucos os trabalhos. A realidade vivenciada por todas as crianças, e pelas crianças negras em especial, exige que estudiosos, militantes, professores, pesquisadores e gestores da educação se dediquem a conhecer, cada vez mais, o contexto das infâncias negras, conforme revelado em estudo publicado pela Editora Vozes (GOMES; ARAÚJO, 2023). Se há crianças negras que aceitam e imitam o mundo em que vivem, há crianças negras que negam, resistem e reinventam esse mesmo mundo. Embora as práticas racistas ainda sejam identificadas nas escolas de Educação Infantil, as pesquisas indicam sinais de conquistas e avanços em relação à educação das relações étnico-raciais e ao combate ao racismo.

A definição de infância como uma categoria estrutural e estruturante contribui em muitos aspectos, mas pode dificultar a compreensão das crianças em contextos históricos concretos. Por isso, é importante que, no âmbito dos estudos da infância, se investigue as especificidades e características das crianças negras. A pluralidade das vivências dessas crianças precisa ser considerada no conhecimento que produzimos para, com e acerca da infância. A posição estrutural da infância precisa ser conjugada com a análise concreta da diversidade das crianças que vivem no Brasil, na América Latina e no Caribe, ou seja, não basta uma discussão genérica a respeito da infância. É preciso considerar a realidade concreta das crianças e a condição de classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, local de moradia etc.

Em tese, todas as crianças são cidadãos/ãs competentes e têm direito de participar da vida privada, social e política. No entanto, a realidade social brasileira mostra que as crianças negras são consideradas menos cidadãs e menos competentes. A ausência das crianças negras nas pesquisas em educação ou a presença delas na conceituação generalizada de infância brasileira mostram que há muito o que fazer para que todas elas sejam valorizadas e reconhecidas como sujeitos, agentes e atores sociais com plenos direitos. A enorme desigualdade social e racial vivenciada pela sociedade geral exige um esforço teórico e prático de compreensão das crianças brasileiras e das infâncias delas.

As pesquisas acerca do processo de socialização das crianças são elaboradas a partir de três vertentes analíticas: a estrutural, a interpretativa e a crítica (SARMENTO, 2004). Indicar estruturas significa indicar o que as crianças têm em comum. Interpretar realidades concretas significa analisar singularidades específicas em cada contexto concreto da experiência social. As posições críticas e pós-críticas agem politicamente no sentido de superar desigualdades e

iniquidades que impedem as crianças de viverem plenamente seus direitos amplamente reiterados.

O estado da arte organizado por Silva, Régis e Miranda (2018) analisa o campo das pesquisas acerca da educação das relações étnico-raciais e mostra os temas relacionados à infância e à Educação Infantil abordados pelos pesquisadores. Em resumo, os estudos já realizados indicam: 1. as dimensões positivas das práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil; 2. os prejuízos causados pela permanência de posturas racistas na Educação Infantil; e 3. os temas emergentes e desafiadores para novas pesquisas no campo dos estudos da infância, da Educação Infantil e das relações étnico-raciais. Conforme apontam Ribeiro, Silva e Ribeiro (2022), a luta contra o racismo é dos/as educadores/as de toda a sociedade brasileira.

Pesquisa acerca de crianças negras e relações étnico-raciais: definições e conceitos

As pesquisas acerca das crianças, da infância e da educação devem ser pensadas, elaboradas e produzidas visando contribuir para o aprofundamento das questões relacionadas aos marcadores sociais das diferenças, tais como raça, etnia, idade, geração, classe, gênero, sexualidade, local de moradia *etc.* Quando não pensamos nessas questões, o conhecimento a respeito da criança e das infâncias fica incompleto e pode fomentar uma visão universalizada e padronizada a respeito das crianças que ainda é cristalizada entre nós. O aprofundamento dos estudos sobre a realidade específica das crianças e infâncias no Brasil poderá contribuir para superar uma visão essencialista, idealizada e romanceada acerca das crianças e das infâncias delas. Para isso, é preciso indagar, dentre outras coisas, como o contexto da comunidade e das famílias em que estão inseridas as crianças interfere nas experiências delas (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2011).

O processo de socialização, conforme Abramowicz e Oliveira (2011), pesa sobre as crianças e configura as infâncias, ou seja, é por meio de um exercício de poder e de saber que se socializam as crianças, tornando-as atores sociais, agentes e sujeitos “humanos”. Pode-se dizer que não nascemos humanos, mas nos tornamos humanos. O processo de humanização não se dá no abstrato, mas a partir da realidade e de valores concretos assumidos e vivenciados em sociedade. No entanto, as pesquisas para, com e sobre as crianças nos ensinam que esse processo “deve ser entendido e descrito com a participação ativa da criança: ora resistindo, ora reinventando, ora imitando, ora aceitando, ora nada podendo fazer *etc.*” (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2011, p. 49-50).

Para além dos muros escolares, a criança contribui para o processo cultural no espaço de convívio em situações inimagináveis para o adulto que idealiza a vida da criança “perfeita”, em que o ser “humano” é o ser perfeito “idealizado”. Essa perfeição não existe e as crianças não vivem em um mundo como o de “Alice no País das Maravilhas”. Na vida real, em situações reais e concretas, tais como “no tráfico de drogas, no trabalho doméstico, na prostituição, nas ruas da cidade oferecendo doces, pedindo esmolas, expondo seus corpos e suas brincadeiras para conseguir dinheiro” (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2011, p. 49-50), encontramos as crianças vivendo realidades que são, muitas vezes, ignoradas.

Para as crianças negras, a situação é ainda mais grave. Abramowicz e Oliveira (2011) citam que os indicadores econômicos e sociais apontam a presença de racismo nas escolas e as estatísticas revelam o índice baixo de desempenho escolar dessas crianças. Elas são filhas e filhos da parte da população com menores recursos financeiros para investir nos estudos. Algumas crianças e, em maior percentual, as negras, deixam de estudar para trabalhar e ajudar a família.

A partir da década de 1990, os indicadores econômicos e sociais brasileiros passaram a mostrar o grau e o tamanho da desigualdade brasileira naquilo que se refere ao quesito cor. O racismo incansavelmente denunciado pelo movimento social negro consubstanciou-se a partir da década de 1990 em números incontestáveis. Quando todos são pobres, incidem sobre a criança negra desempenhos escolares inferiores (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2011, p. 50-51).

Diante da desigualdade social e racial, é preciso ir além da definição da infância como uma categoria estrutural e estruturante. Na visão de Abramowicz e Oliveira (2011), os estudos da infância no Brasil devem investigar as especificidades das crianças e, em especial, das crianças negras, considerando, sobretudo, a pluralidade das infâncias e das vivências dessas crianças. À posição estrutural da infância como categoria geracional comum vivenciada por todas as crianças, é preciso adicionar a posição singular de cada criança do Brasil, da América Latina e do Caribe.

Nessa perspectiva, o estudo de Nunes (2015) a respeito das mandingas da infância em uma turma de crianças com quatro anos de idade em uma escola municipal em Salvador⁵ analisa as relações e as práticas culturais vivenciadas entre as crianças. A participação de crianças de diversas idades em um bloco de rua no período do carnaval no bairro de Itapuã revela uma pluralidade de experiências que vão além da definição de infância como uma categoria

⁵ A população da cidade de Salvador é 80% composta por pessoas negras (pretos e pardos).

geracional, estrutural e estruturante. A interação das crianças com outras crianças, com os pais e com outros adultos nos festejos de carnaval realizados no horário noturno revelam outras infâncias para além das categorias teóricas predominantes no campo que, por vezes, ignoram a pluralidade das crianças brasileiras, latino-americanas e caribenhas.

Nunes (2015) mostrou, por exemplo, que as crianças, assim como os adultos, estavam maquiadas e fantasiadas e que elas se encontravam em todas as partes do espaço que estava destinado para a saída do bloco carnavalesco. Elas não estavam em ambientes segregados. Havia bebê no colo da mãe, crianças de todas as idades no chão ou em cima do trio elétrico, crianças que parecem não se verem como crianças. Algumas, com a fantasia do bloco, conversavam entre si e com os adultos, outras carregavam instrumentos percussivos, e outras com fantasias das dançarinas dos trios, vestidas com tecidos coloridos com brilho e palha da costa, coroas, paetês, entre outros adornos (NUNES, 2015). Algumas crianças da escola estavam naquela festa de rua fazendo parte daquela experiência cultural e ao mesmo tempo produzindo cultura, vivenciando com outras crianças e com os adultos a reprodução interpretativa das experiências culturais delas.

Em diálogo com Sarmiento (2004), Nunes (2015) problematiza as três vertentes analíticas predominantes nos estudos da infância: a corrente estrutural, a corrente interpretativa e a corrente crítica (SARMENTO, 2004).

As pesquisas estruturais acerca da infância procuram realçar, a partir da definição da infância como uma categoria geracional, as condições e as determinações estruturais e estruturantes das experiências das crianças, apontando suas relações sincrônicas e diacrônicas com outras categorias geracionais. Dados e indicadores demográficos, sociais e econômicos são tomados para a compreensão da realidade global que envolve todas as crianças.

Já as pesquisas interpretativas consideram a infância como uma categoria social por meio da qual cada criança constrói os próprios processos de subjetivação e de simbolização dos mundos da vida. Nesses processos, as relações e as interações que as crianças estabelecem com as outras crianças e com os adultos permitem que elas produzam e reproduzam suas práticas culturais.

Por sua vez, as pesquisas críticas acerca da infância, também chamadas de estudos de intervenção, definem a infância como construção histórica em que as crianças emergem como grupo social oprimido vivendo condições de exclusão social. Entre os adeptos dessa corrente teórica, as pesquisas com crianças só fazem sentido se contribuírem de alguma forma para a emancipação social da infância. Por isso, as investigações e as análises produzidas com as crianças são associadas “a formas de intervenção, seja por meio de estudos aplicados, seja, de

modo indireto, em trabalhos com um sentido programático e com intencionalidade política” (NUNES, 2015, p. 41).

Em resumo, enquanto a corrente estrutural busca analisar a experiência macrossocial das crianças, a corrente interpretativa destaca a participação das crianças na vida social. Já a corrente crítica desconstrói a noção de criança universal e propõe intervenções políticas concretas para a superação da exclusão e da opressão. As três correntes, entretanto, invocam a escuta das crianças e a consideração atenta à realidade em que vivem.

Como essas definições conceituais contribuem para os estudos a respeito das crianças negras, especificamente? Corrêa (2017) também mapeou estudos acerca das relações étnico-raciais e o pertencimento racial das crianças. Nesse mapeamento, as pesquisas de Santiago (2014), Paula (2014) e Souza (2015) focalizaram as crianças negras na Educação Infantil, abordando conceitos, tais como: violência, racialização, branquitude, discriminação e preconceito; quilombolas, expressão, experiência e cultura; interação, participação e pertencimento racial da criança negra.

No entanto, a produção acadêmica acerca das crianças negras ainda é relativamente pequena e tímida, devendo os pesquisadores da educação, das ciências humanas e sociais se dedicarem a esse campo de estudo e pesquisa. Podemos considerar que as crianças menores de três anos, de acordo com Bento (2011), mesmo sem distinguir e apontar diferenças a partir da cor da pele, manifestam por meio do choro a insatisfação pelo tratamento que lhes é direcionado ou com algo que lhes incomoda. Para essa autora, “muito cedo, elementos da identidade racial emergem na vida das crianças; diferentes autores destacam que entre 3 e 5 anos, a criança já percebe a diferença racial e, ao percebê-la, interpreta e hierarquiza” (BENTO, 2011, p. 101). Na revisão de literatura realizada, percebemos que os pesquisadores concentram os estudos nas crianças negras a partir de três anos.

Pesquisas acerca de crianças negras no campo das pesquisas em Educação

No levantamento das pesquisas acerca das crianças negras nos estudos da infância feito por Nunes e Corrêa (2016), foram encontrados vinte e dois trabalhos a respeito da criança negra e das relações étnico-raciais. Esses trabalhos apresentam uma visão significativa em relação às pesquisas acerca de crianças negras, pois indicam o quanto é importante estudar, debater e denunciar o racismo na infância. Para as autoras, é preciso dar voz às crianças negras, observando-as e ouvindo as narrativas delas por meio das linguagens que seus corpos expõem no espaço educacional e, assim, destacar as potencialidades de cada um.

Dentre os trabalhos analisados por Nunes e Corrêa (2016), merece destaque a dissertação de Flávio Santiago (2014). O autor apresenta uma análise das estratégias de crianças negras⁶ diante das práticas de racismo na escola de Educação Infantil. São posturas de resistência que ele nomeia de melodias de enfrentamento. É relevante pontuar que a maioria das pesquisas analisadas aborda crianças entre três e onze anos, sendo que as produções acadêmicas se situam no campo das ciências sociais, da antropologia e da educação, discutindo sobre as crianças quilombolas nos territórios delas. Quando citam crianças, contextualiza-se a construção social da infância associada às relações étnico-raciais e ao pertencimento racial de cada um nas comunidades, nos territórios, nas cidades ou nas escolas.

No entanto, as crianças negras menores de três anos no espaço escolar, nas comunidades e nos territórios não aparecem nas pesquisas analisadas por Nunes e Corrêa (2016). A maioria destas produções acadêmicas tem como foco as vivências das crianças em seus territórios e apenas algumas dessas pesquisas focalizam os espaços escolares. Há também histórias sobre bonecas, a criança na mídia, o mercado de consumo com perspectiva na infância, as diferentes infâncias, os livros infantis, a formação do professor na Educação Infantil, os quilombolas, o corpo, a construção da identidade, os gêneros, as questões raciais e as políticas públicas para/acerca das crianças negras e não negras.

As pesquisas buscam compreender a construção da identidade e analisar a influência dos locais, das atitudes ou dos comportamentos sociais na vida dessas crianças. Os trabalhos acadêmicos não apresentam as narrativas das crianças negras, as interações e a socialização delas com os pares e não se referem aos profissionais das instituições educacionais.

As autoras catalogaram e analisaram vinte e dois trabalhos, que citamos aqui em ordem cronológica: Oliveira (1994); Godoy (1996); Cavalleiro (1998); Oliveira (2004); Silva (2007); Costa (2007); Damiano (2007); Santos (2008); Amaral (2008); Souza (2010); Guizzo (2011); Trinidad (2011); Soares (2012); Barreto (2012); Oliveira (2012); Amaral (2013); Bischoff (2013); (2013); Paula (2014); Santiago (2014); Rocha (2005) e Souza (2015).

Do estudo de Nunes e Corrêa (2016), selecionamos e apresentamos, para os objetivos do nosso texto, doze trabalhos, a saber: Oliveira (2004); Guizzo (2011); Oliveira (2012); Amaral (2013); Souza (2013); Santiago (2014); Rocha (2005); Bischoff (2013); Trinidad (2011); Paula (2014); Souza (2015) e Cavalleiro (1998).

Oliveira (2004) estudou a questão racial com crianças de zero a três anos em uma creche na cidade de São Paulo. A partir de uma contextualização histórica, a autora mostrou que,

⁶ Tais como choro, birra, mordida, briga, empurrão etc.

atualmente, a dimensão das relações étnico-raciais desses sujeitos passou a ter um reconhecimento e um lugar nas políticas públicas. Além disso, ocorreu um crescimento das pesquisas acerca da temática. A autora esclarece, ainda, que nem sempre foi assim, pois as crianças, em geral, e as crianças negras, em especial, sempre estiveram ausentes das práticas sociais e das pesquisas acadêmicas. Outro aspecto relevante observado e analisado pela autora se refere às práticas educativas com ênfase na criança negra.

O estudo de Guizzo (2011) foi realizado em uma turma de crianças com cinco anos de idade na qual ela era a professora. Por meio de uma pesquisa de campo, a autora observou e analisou representações e práticas corporais de embelezamento na Educação Infantil e a emergência de questões raciais entre as crianças. A autora utilizou a frase de uma das crianças ouvida em sala de aula para intitular a tese: “Aquele negrão me chamou de leitão”. O trabalho da autora abordou o consumismo em torno da vaidade corporal na infância e os conflitos raciais entre as crianças brancas e pretas.

Ao analisar a fala de uma das meninas da turma, “*Aquele negrão me chamou de leitão!*” (GUIZZO, 2011, grifo meu), a autora escreveu a respeito do embelezamento das crianças brancas e observou que, para as crianças, ser branco é considerado bonito, ideal. A pesquisadora percebeu que as crianças se ofendem o tempo todo em função de suas características físicas. A menina obesa foi chamada de “leitão” e respondeu ao agressor chamando-o de “negrão”.

A autora observou que as crianças têm consciência de que estão fora dos padrões que são exigidos em nossa sociedade, o que é perceptível no diálogo apresentado quando um menino se refere à obesidade da menina, e esta chama atenção do colega por ser negro. Guizzo (2011) indica que essas características são vistas de modo pejorativo pelas crianças da turma, que utilizam termos recorrentes na sociedade e vão tomando para si o que é construído no ambiente social.

Consequentemente, sabemos que o racismo foi construído no contexto histórico na sociedade brasileira, que associa o ser negro ao feio, sujo, ignorante. A autora também relatou o estranhamento da turma a partir da leitura do livro *Tanto, tanto!*, do autor Trish Cooke, porque todos os personagens eram negros. Ela explica que o estranhamento das crianças ocorreu por existir um silenciamento em relação às pessoas negras como personagens centrais e que podem ocupar outros espaços fora do imaginário preconceituoso.

Ao fazer essas reflexões, Guizzo (2011) ainda discorre acerca da branquitude no Brasil. O fato de pertencer a um determinado gênero, raça ou cor pode gerar exclusão social, e o espaço escolar pode ser um local que reforça as desigualdades entre as crianças, tanto no campo racial quanto no social. Ela discute, ainda, aspectos da Lei nº 11.645/2008, reforçando a importância

dela, pois essa Lei foi aprovada com o objetivo de combater e superar a discriminação racial nas escolas.

Mas como atitudes racistas surgem e se desenvolvem entre as crianças de três a cinco anos? O estudo de Oliveira (2012) revelou que, por contribuir para a socialização das crianças com outras crianças, comportamentos e atitudes racistas podem ser reproduzidos ou eliminados do espaço da escola de Educação Infantil. A partir de uma pesquisa qualitativa de caráter etnográfico, a autora apresentou conceitos acerca do racismo na infância, tendo como base estudos sociológicos, antropológicos e pedagógicos. Além disso, foi analisada a construção da identidade da criança negra na interação social. A organização das rotinas escolares poderá tomar um sentido de reprodução ou de resistência dependendo das ações do planejamento pedagógico e das interações entre professores e crianças negras e não negras.

A tese de Amaral (2013) foi elaborada no campo da política pública, no processo das relações étnico-raciais, em um Centro Municipal de Educação Infantil na cidade de Curitiba, com crianças de três a cinco anos. A autora ressalta no desenvolvimento da escrita que as crianças brasileiras vivenciam uma educação eurocêntrica.

A autora realizou o estudo a partir da criança concreta que faz parte de um mundo infantil constituído na sociedade real em que ela vive, uma vez que infância não é uma categoria biológica, mas é construída socialmente. Assim, argumenta a autora, nossas pesquisas devem buscar entender as interações das crianças como sujeitos que compõem essa categoria social, sendo a criança um sujeito concreto, um ator social que participa da construção da própria história juntamente com seus familiares e seus pares.

No debate acerca da identidade étnico-racial, a autora fundamentou-se em Munanga (2005) e afirmou o espaço escolar como aquele que quase sempre contempla apenas imagens e desenhos de bonecos brancos. Por meio de relatos importantes que estão no caderno de notas de campo e da observação das brincadeiras das crianças brancas que excluía um menino negro, a autora apresentou, de maneira surpreendente, como as crianças negras são rejeitadas na escola e não encontram sensação de pertencimento ao ambiente escolar. Com a inexistência de imagens de representatividade, o preconceito e o racismo educacional são reforçados desde a mais tenra idade.

Esse movimento de afirmação e de reconhecimento das crianças negras é também percebido no estudo de Souza (2013), que, na pesquisa acerca das relações étnico-raciais, realizou um levantamento bibliográfico das pesquisas no campo dos estudos sociais da infância, focalizando, na análise, crianças de quatro e cinco anos. A estudiosa descreve o processo

percorrido pela metodologia do trabalho, que teve como foco as relações étnico-raciais, visando compreender o processo de constituição da criança como sujeito/agente/ator.

Para que isso ocorra, de acordo com a autora, é urgente que as pesquisas superem a perspectiva adultocêntrica ainda presente entre nós. Ao valorizar a interação entre as crianças e dar maior visibilidade às crianças negras nas pesquisas, poderemos caminhar com melhores resultados. A autora ainda aponta que a baixa autoestima da criança negra ocorre em função do preconceito racial presente na sociedade e no cotidiano escolar. Por isso, a necessidade de propor e desenvolver práticas pedagógicas para combater o racismo e promover a educação das relações étnico-raciais nas escolas de Educação Infantil.

Como já mencionamos acima, o estudo de Santiago (2014) traz contribuições teóricas por meio da utilização de três conceitos que nortearam a discussão acerca das questões das relações raciais na Educação Infantil, que são: regulação, racialização e descolonização. Ao longo do seu trabalho, o autor reflete acerca da introdução da racialização na sociedade como divisão das raças para explicar a suposta superioridade de uma etnia/raça sobre outras. Para o autor, a construção do discurso de que existe uma raça superior à outra acaba por legitimar o racismo.

No período em que realizou a pesquisa etnográfica na escola de Educação Infantil, Santiago (2014) destacou a importância da resistência das crianças negras frente ao racismo que vivenciam por conta dos corpos e cabelos delas. No espaço escolar se manifesta as desigualdades social e racial existentes na sociedade, a partir do tratamento diferenciado que é oferecido por parte dos profissionais da escola e principalmente dos professores, que são as pessoas mais próximas e de contato direto com as crianças negras e não negras.

Para o autor, a pedagogia eurocêntrica praticada nas instituições “rouba” o conhecimento histórico em relação à origem das crianças negras quando não dimensiona a importância da África, na medida em que, por exemplo, não trabalha questões referentes à ancestralidade e memória, de forma a ensinar a criança como os traços delas possuem história e constituem um povo, de modo a empoderar a beleza da criança negra.

Ao privilegiar uma parte de um grupo de crianças em detrimento de outra por causa do tom de pele, o professor reforça para as crianças negras e não negras que existem categorias de pessoas melhores que outras. O docente demonstra isso por meio do tratamento diferenciado que é oferecido para uma criança branca e uma negra. De acordo com Santiago (2014), essas distinções aparecem nas ocasiões dos cuidados com os corpos e os cabelos das crianças.

Rocha (2005) realizou a pesquisa com crianças de três a cinco anos, investigou as relações étnico-raciais na escola e mostrou como elas interpretam os saberes acerca da história

da cultura africana. A autora adotou conceitos de infância, criança, raça e identidade a partir dos estudos pós-coloniais e da epistemologia do Sul com o intuito de compreender as experiências das crianças, problematizando o colonialismo presente nos estudos acerca das crianças e das infâncias.

A criança que é sujeito, agente e ator social de nossos estudos é a “criança concreta”, de carne e osso, que tem sexo, etnia, raça, idade e classe, vivenciando e produzindo cultura junto de outras crianças, e igualmente com os adultos ao redor dela. Essa “criança negra concreta” que nós pesquisamos pode se situar e se posicionar de formas variadas na sociedade em que vive. Outro apontamento relevante nos estudos de Rocha (2005) é uma contextualização histórica dos estudos da infância a respeito da criança e a apresentação do surgimento desse campo de estudos tanto no Brasil quanto no exterior para compreendermos “a noção da infância como um meio social para a criança” (ROCHA, 2005, p. 39), ou seja, as concepções de criança e de infância mudam historicamente e são socialmente construídas.

A temática da racialidade nas escolas aparece no estudo de Bischoff (2013). A autora fez pesquisa com as crianças na Educação Infantil, destacando a necessidade de “dar voz” a toda e qualquer criança e não “falar por ela”. Precisamos oferecer-lhes autonomia e liberdade para criar a narrativa a respeito dos pensamentos e percepções delas acerca de um determinado assunto, compreendendo que a criança é a autora das próprias ações junto aos familiares, crianças e adultos que a cercam. A autora relata que não é fácil desenvolver pesquisa juntamente com as crianças, pois nem sempre a pesquisadora ouvirá o que deseja. A pesquisa deve ser desenvolvida a partir do olhar que lançamos ao mundo delas. A autora utilizou livros de literatura afro-brasileira e trabalhou a partir do diálogo com crianças, que podem participar de modo ativo da pesquisa.

Além disso, nos estudos de Bischoff (2013), o conceito de raça foi dimensionado a partir da literatura afro-brasileira, em que é explorada a representatividade de personagens negros. Para a estudiosa, a questão da racialidade foi abordada em sua prática pedagógica por meio dos livros de literatura infantil. Na percepção da autora, na turma não havia crianças pretas, no entanto, ela acredita que algumas crianças poderiam se autodeclararem pretas por serem filhas de relacionamento inter-racial. Para finalizar, ela reforça que a discussão acerca da racialidade é importante para a construção das identidades e do pertencimento racial das crianças.

Nessa perspectiva, Trinidad (2011) abordou em sua pesquisa a identificação étnico-racial na voz das crianças na Educação Infantil, ressaltando a importância da articulação dos estudos da infância e da psicologia histórico-cultural para compreendermos a concepção de criança como ator/agente/sujeito e a identificação racial dela na primeira etapa da educação

básica. Trinidad (2011) realizou uma contextualização histórica a respeito das pesquisas acerca do desenvolvimento da criança em que ela não era vista como sujeito/agente/ator ativo, pois pensava-se a infância para o futuro e não para o tempo presente em que esta pudesse contribuir e influenciar o seu entorno.

Nesse sentido, os estudos da infância se contrapõem a essas concepções que não concebem a criança como um ator, apresentando e defendendo uma concepção de criança que reconheça e valorize as interações e a socialização vivenciadas entre as crianças, com os adultos e com o mundo em geral. Para a autora, trabalhos que aproximam os estudos sociais da infância e os estudos histórico-culturais ainda são escassos. Para isso, a realização de etnografias com crianças possibilita a efetivação da escuta das crianças para que elas sejam autoras das pesquisas que com elas realizamos.

Trinidad (2011) buscou mostrar que a criança era o centro do planejamento curricular na escola, o que significava que ela era considerada como ser social que possui uma história, pertence a um grupo étnico-racial, a uma classe social, estabelece e constrói relações em consonância com o contexto de origem dela. Estudos mais recentes realizados com as crianças defendem que elas, por meio de interações, produzem culturas.

Nesse sentido, o estudo de Paula (2014) analisou o pertencimento étnico das crianças de quatro a sete anos, especificamente, em relação a um grupo quilombola, buscando aprofundar e valorizar o pertencimento racial. A pesquisadora teve a ideia de desenvolver o estudo com crianças de duas escolas infantis pertencentes a uma comunidade quilombola. A proposta da autora foi observar e compreender de que maneira cada criança lidava com normas e regras na instituição, analisando o trânsito delas na comunidade entre os adultos e outras crianças, e na interatividade com as crianças mais velhas.

De acordo com a autora, devido à invisibilidade de pesquisas com crianças quilombolas, os estudos se fazem necessários a partir da compreensão da criança concreta em seu território, onde ela produz conhecimento cultural junto à comunidade. No processo de pesquisa, a autora se baseou nos estudos da infância, da criança e das relações étnico-raciais. Cabe salientar que as contribuições da autora dão voz e visibilidade para as crianças quilombolas que estão no espaço escolar e na comunidade. Na perspectiva da visibilidade da criança quilombola, a autora traça um percurso na busca de compreender as experiências da vida cultural e o pertencimento delas em comunidade.

Souza (2015) também estudou a identidade da criança negra e a relação dela com o território, a educação e a cultura infantil. A tese da autora foi desenvolvida para analisar a construção cultural do território quilombola com crianças negras de quatro a quatorze anos.

Esse estudo descreve a experiência da autora na área da educação e o interesse dela em desenvolver a pesquisa com crianças quilombolas. Ela explica que o convívio com as crianças a partir da sua docência na Educação Infantil despertou o olhar pela temática das relações étnico-raciais e em especial com aquelas que vivem em comunidade quilombola. A autora utilizou abordagens etnográficas para estudar as crianças e concluiu que para realizar pesquisas acerca da criança quilombola não basta ir ao Quilombo. É preciso refletir acerca das concepções de infâncias e crianças que nós temos para desenvolver nossos estudos, pois é necessário ouvir e observar o que as crianças vivenciam no território para compreender a identidade, o pertencimento e as experiências culturais delas.

Superando o silêncio na família, na escola e nas pesquisas

A necessidade de superar o silêncio acerca do racismo praticado contra as crianças negras na família, na escola e nas pesquisas foi apontada por Gonçalves (1987) e Cavalleiro (1998), dentre outros autores e autoras.

O trabalho de Gonçalves (1987), intitulado “O Silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial” foi pioneiro nas pesquisas acerca do repertório de discriminação racial presente no discurso dos professores das escolas do primeiro grau. Os professores, ao mesmo tempo, recusavam a discriminação das crianças em suas falas e defendiam a importância de tratarmos todas as crianças como “iguais”, ou seja, ao afirmarem que todos são iguais, negavam a existência de discriminação. Um ideal forjado de democracia racial levava os professores a ocultar as práticas reais de racismo presentes no cotidiano das práticas escolares.

No contexto das mobilizações sociais ocorridas no país na década de 1980, o autor vislumbrou sinais de outra posição em relação à discriminação racial na escola. Enquanto a maioria dos professores reiterava com veemência que na escola não existia racismo contra as crianças negras, um grupo de militantes educadores sustentava a necessidade de inserir na escola conteúdo da cultura negra e das lutas das populações negras contra o racismo e a discriminação racial. Mesmo que por meio de atitudes esporádicas e episódicas, significou o início do rompimento do silêncio camuflado pela suposta neutralidade dos rituais pedagógicos (GONÇALVES, 1987).

As experiências culturais e o pertencimento racial das crianças são também discutidos por Cavalleiro (1998), que em sua pesquisa abordou a relação entre o espaço escolar e o âmbito familiar para compreender e analisar o processo de socialização das crianças entre quatro e seis anos em uma instituição de Educação Infantil. O estudo da autora nos levou a refletir acerca

dos processos de socialização nas famílias e nas escolas e a respeito da educação para as relações étnico-raciais a partir das diferenças e dos pontos de conexão entre os conceitos de racismo, preconceito e discriminação.

A pesquisadora refletiu acerca da rotina das professoras com as crianças e questionou o tratamento diferenciado das docentes em relação às crianças negras. A pesquisa mostra e identifica a presença do racismo na Educação Infantil. A autora observou a diferença no tratamento das professoras em relação às crianças negras e brancas e ilustrou o momento da saída das crianças ao despedir-se da docente. A falta de afeto com a criança negra ficou evidente nas demonstrações de afeto que a educadora proferia nas despedidas.

A autora enfatiza a importância de repensarmos as práticas pedagógicas no trabalho desenvolvido na escola e a forma que tratamos as crianças. Durante a pesquisa de campo, a autora percebeu que alguns professores têm dificuldades de enxergar a ausência de afeto em relação a criança negra, de reconhecer e de admitir os preconceitos e racismos que as crianças negras vivenciam na Educação Infantil, e que, muitas vezes, as docentes preferem o silêncio como estratégia para evitar o conflito em torno das questões étnico-raciais.

Na rotina escolar foi possível presenciar o silêncio das professoras frente aos conflitos de discriminação entre crianças negras e brancas (CAVALLEIRO, 1998). De acordo com a autora, em entrevista com uma professora negra, a docente dizia que ela era bonita e se passava por branca facilmente. A pesquisadora resalta que, mesmo tendo prazer em realizar o trabalho de campo, por algumas vezes sentiu raiva e teve vontade de intervir por presenciar determinadas violências contra as crianças que não tinham como se defender. Cavalleiro (1998, p. 41) afirma que “muitos acontecimentos que presenciei – atos grosseiros praticados por profissionais da educação – não ocorreriam com crianças ou jovens de mais idades”.

Com o passar dos anos, podemos compreender que a pesquisa também expunha o silêncio das professoras e famílias em relação ao tratamento discriminatório, racista e preconceituoso que as crianças negras enfrentam cotidianamente. Ocorreram avanços, mas, infelizmente, existem instituições que continuam a manter o silêncio diante do racismo que a criança negra vivencia no ambiente escolar.

Segundo Cavalleiro (1998), no início de sua pesquisa, ela havia sido apresentada para as professoras como pesquisadora, mas, no decorrer da pesquisa, algumas professoras pediam para que fizesse outras tarefas e até mesmo perguntavam se ela era estagiária. Então, a autora questiona se, caso fosse branca ou um homem, teria o mesmo tratamento. Outra situação que chamou atenção da estudiosa era a necessidade de algumas pessoas da escola dizerem que ela era uma “mulata bonita”, “crioula bonita”, “negona maravilhosa” e assim por diante, de forma

a indicar a importância e a necessidade de dar continuidade às pesquisas acerca do jeito de ser e de viver de cada criança com seus familiares, com outras crianças e com os profissionais da escola de Educação Infantil. Contudo, é importante compreendermos as encruzilhadas em que as crianças vivem suas infâncias no mundo moderno e contemporâneo. Nessas vivências, elas constroem e reconstróem suas experiências no encontro com as outras crianças e os adultos.

Conclusões provisórias e sinalizações importantes

Sabemos que esse debate precisa ser aprofundado, conforme revela a análise do estado da arte das pesquisas acerca da educação das relações étnico-raciais, organizado por Silva, Régis e Miranda (2018). Ainda são poucos os trabalhos que integram esse estado da arte e que abordam a Educação Infantil e as crianças. Sintetizamos e apresentamos os estudos encontrados em: pesquisas que destacam dimensões mais positivas das práticas pedagógicas antirracistas; pesquisas que destacam dimensões negativas do racismo na Educação Infantil; pesquisas que destacam práticas e propostas curriculares diversas; e, finalmente, pesquisas que sinalizam alguns temas emergentes.

As dimensões positivas das práticas pedagógicas antirracistas nas escolas de Educação Infantil ficam evidenciadas quando as professoras desenvolvem práticas de ensino voltadas para a cultura afro-brasileira no sentido de possibilitar certas experiências para as crianças, como: 1. tocar tambor; 2. ler e escutar literatura africana; 3. aprender a respeito das lutas coletivas das comunidades negras; 4. frequentar bibliotecas com livros que tratem da história da cultura africana, dentre outras. Com essas práticas, as crianças têm a possibilidade de valorizar a cultura dos seus povos e aprender a reivindicar seus direitos.

Como dimensões negativas, os estudos presentes no estado da arte revelaram que ainda há racismo implícito, não assumido e não tematizado na Educação Infantil e persistem atitudes e práticas racistas de exclusão e de disciplinarização dos corpos das crianças negras. Por tais razões, há crianças negras que declaram que gostariam de ser brancas. A ideologia do branqueamento das raças ainda se manifesta na Educação Infantil e a simples presença das crianças negras incomoda muitos. Há, ainda, situações recorrentes de racismo, discriminação, estereótipos, preconceitos, conflitos, tensões, rejeições e constrangimentos. Tudo isso causa muito sofrimento entre as crianças negras.

Infelizmente, o fingimento, a omissão e a indiferença são atitudes observadas entre as professoras que, muitas vezes, conforme revelou o estudo de Cavalleiro (1998), preferem o silêncio ao enfrentamento diante de situações de racismo. Atitudes adultocêntricas,

colonialistas e eurocêntricas, baseadas na ideologia do branqueamento das raças, também podem ser observadas. Dessa forma, as crianças evitam falar do racismo e minimizam ou negam os conflitos. Poucos estudos acadêmicos acerca da temática e da falta de pesquisas que garantam a escuta das crianças agravam esse quadro (SILVA; RÉGIS; MIRANDA, 2018).

Em relação às práticas escolares e às propostas curriculares, o estado da arte de Silva, Régis e Miranda (2018) revela que as teorias do déficit cultural e linguístico ainda predominam nas propostas de avaliação do rendimento e do desempenho das crianças do Ensino Fundamental. Com base em pressupostos equivocados, as dificuldades de aprendizagem ficam muitas vezes associadas à cor da pele das crianças.

Também no estado da arte surgem temáticas emergentes, exemplo disso é a percepção das próprias crianças e das professoras sobre o racismo, que surge como uma importante temática. A relação entre as representações e o discurso e a prática é um tema emergente quando se discute racismo e antirracismo na Educação Infantil. Além disso, há estudos sobre a história das crianças negras como criança escrava, criança livre, criança do ventre livre, criança órfã, criança ingênua, criança pobre, criança chamada exótica, criança no trabalho, criança quilombola, criança congadeira, criança angolana *etc.*

Para a pesquisa acerca da história dessas crianças são utilizadas fotos, retratos, imagens e documentos inéditos. Temas como autodeclaração da cor da pele das famílias, racialização e interação entre crianças negras e não negras são também pesquisados. A confrontação da escuta dos adultos e das crianças é apresentada como estratégia de conhecimento das culturas de pares, das culturas infantis e das brincadeiras entre as crianças negras e não negras, discutindo, por exemplo, a imagem e a presença ou não de personalidades negras em programas de televisão, em filmes e na publicidade (SILVA; RÉGIS; MIRANDA, 2018).

O exame do estado da arte mostra a necessidade da ampliação e do aprofundamento de pesquisas acerca do racismo na Educação Infantil, destacando os estudos com e para crianças de zero a três anos de idade. Seguindo a orientação citada acima, buscamos analisar a Educação Infantil e desigualdade racial na pandemia a partir de práticas educativas com as crianças negras de dois anos em uma creche de Belo Horizonte, com a intenção de colaborarmos sobre como foi o processo para as crianças e para as famílias.

Por fim, destaca-se a relevância desses estudos para as crianças negras por possibilitarem outros modos de perceber as experiências delas, além das culturas familiares e o pertencimento racial de cada uma. Além disso, podem contribuir para que os adultos cuidadores/responsáveis percebam a relevância de agir de modo a fortalecer a autoestima das crianças negras, contribuindo para o modo de enfrentar os obstáculos que a vida em sociedade

cotidianamente irá lhes impor ante as inúmeras desigualdades sociais. Nesse processo de rever práticas e comportamentos, julgamos de suma importância a observação da linguagem dos corpos das crianças pequenas, considerando que é um meio importante de expressão dos incômodos delas, cabendo, portanto, a todos os educadores, a observação das crianças.

Referências

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. *In*: BENTO, M. A. S. (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo: CEERT, 2011.

AMARAL, A. C. T. **A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/infancia-pequena-e-construcao-da-identidade-etnico-racial-na-educacao-infantil>. Acesso em: 9 ago. 2023.

AMARAL, A. C. T. **O que é ser criança e viver a infância na escola**: uma análise da transição da educação infantil para o ensino fundamental numa escola municipal de Curitiba. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: http://www.ppge.ufpr.br/teses/teses/M08_amaral.pdf. Acesso em: 9 ago. 2023.

BARRETO, R. S. **Patrimônio cultural, infância e identidade no bairro do Bom Juá, Salvador - Bahia**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BENTO, M. A. S. (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo: CEERT, 2011.

BENTO, M. A. S. **A identidade racial em crianças pequenas**. São Paulo: CEERT, 2011. p. 99-117.

BISCHOFF, D. L. **Minha cor e a cor do outro**: qual a cor dessa mistura? Olhares sobre a racialidade a partir da pesquisa com crianças na educação infantil. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/77233>. Acesso em: 9 ago. 2023.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

DAMIÃO, F. J. **Primeira infância, afrodescendência e educação no Arraial do Retiro, Salvador**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em:

<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3087>. Acesso em: 9 ago. 2023.

GOMES, N. L.; ARAÚJO, M. (org.). **Infâncias negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2023.

GONÇALVES, L. A. O. Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 63, p. 27-29, 1987. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1266>. Acesso em: 9 ago. 2023.

GUIZZO, B. S. **‘Aquele negrão me chamou de leitão’**: representações e práticas corporais de embelezamento na educação infantil. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28820>. Acesso em: 9 ago. 2023.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204 p.

NUNES, M. D. F.; CORRÊA, L. J. L. As crianças negras vistas pela sociologia da infância no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Saber & Educar**, Porto, n. 21, p. 87-96, 2016. Disponível em: <http://revistaold.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/231>. Acesso em: 20 jun. 2023.

NUNES, M. D. F. Sociologia da infância, raça e etnografia: intersecções possíveis para o estudo das infâncias brasileiras. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 9, n. 2, 2015. DOI 10.14244/198271991115. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1115>. Acesso em: 10 jun. 2023.

OLIVEIRA, E. **Relações raciais nas creches diretas do município de São Paulo**. 1994. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, F. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2555?show=full>. Acesso em: 7 ago. 2023.

OLIVEIRA, S. M. **A formação de atitudes racistas em uma unidade de educação infantil em Belo Horizonte**: o que as rotinas e as interações entre as crianças nos revelam. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_OliveiraSM_1.pdf. Acesso em: 6 ago. 2023.

PAULA, E. **“Vem brincar na rua!”** Entre o quilombo e a educação infantil: capturando expressões, experiências e conflitos de crianças quilombolas no entremeio desses contextos. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129381>. Acesso em: 5 ago. 2023.

RIBEIRO, A. L.; SILVA, J. P.; RIBEIRO, A. E. Educação para as relações étnico-raciais: o papel do professor na construção da identidade antirracista. **Revista Com Censo**, Brasília, v. 9, n. 4, 2022. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/1006>. Acesso em: 9 abr. 2023.

ROCHA, E. J. **Auto-declaração de cor e/ou raça entre alunos(as) paulistanos(as) do ensino fundamental e médio**: um estudo exploratório. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17039>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SANTIAGO, F. **“O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado”**: hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/936043>. Acesso em: 9 ago. 2023.

SANTOS, M. A. **Educação da primeira infância negra em Salvador**: um olhar sobre as políticas educacionais. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/9022>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: CERISARA, A. B.; SARMENTO, M. J. (org.). **Crianças e miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância. Porto: Asa, 2004. p. 9-31.

SILVA, C. I. **O acesso das crianças negras à educação infantil**: um estudo de caso em Florianópolis. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVA, P. V. B.; RÉGIS, K.; MIRANDA, S. A. (org.). **Educação das relações étnico-raciais**: o estado da arte. Curitiba: NEAB-UFPR: ABPN, 2018. Disponível em: https://www.membros.abpn.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=58. Acesso em: 10 abr. 2023.

SOARES, P. R. **Infância negra**: uma análise da afirmação da identidade étnica a partir dos livros infantis. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SOUZA, F. M. **Revirando malas**: entre histórias de bonecas e crianças. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/24817>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SOUZA, M. L. A. **“Ser quilombola”**: identidade, território e educação na cultura infantil. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/963444>. Acesso em: 4 ago. 2023.

TRINIDAD, C. T. **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/15994>. Acesso em: 9 ago. 2023.

Submetido em 11 de maio de 2023.

Aprovado em 4 de julho de 2023.